



# Cortar défice e austeridade é próximo de impossível

## OITO ANÁLISES AOS DESAFIOS PÓS-ELEITORAIS

**A maioria dos economistas, juristas e analistas antecipa instabilidade política a médio prazo e dúvida da estratégia orçamental.**

**RUI PERES JORGE**

rpjorge@negocios.pt

**FILOMENA LANÇA**

filomenalanca@negocios.pt

Um governo minoritário da coligação PSD/CDS dificilmente completará mais de meia legislatura. Esta é uma das conclusões que se retira das opiniões de economistas, juristas e analistas questionados pelo Negócios no rescaldo do resultado das legislativas de domingo, que deu uma minoria à coligação dos dois partidos que governaram Portugal nos últimos quatro anos.

Desde 1974 apenas um governo minoritário em Portugal terminou o seu mandato. Desta vez não se antecipa um novo caso como o do governo de António Guterres nos anos 90, e por exemplo Nuno Garoupa, presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos defende mesmo que face à instabilidade previsível, se planeiem desde já eleições legislativas para daqui a um ano.

O cepticismo quanto à longevidade de um governo minoritário não significa, no entanto, que não sejam possíveis entendimentos tácitos ou explícitos no curto prazo. João César das Neves, professor da Universidade Católica, ou Samuel Fernandes de Almeida, fiscalista, consideram que o PS terá pouca margem para derrubar a coligação neste momento. Já Vicenzo Scarpetta, analista do "think tank" britânico Open Europe, coloca o risco de estabilidade nas mãos de Cavaco Silva, e na sua capacidade de forçar um entendimento em "pontos chave" entre a coligação e o PS.

O planos da coligação de reduzir a sobretaxa de IRS e devolver salários aos funcionários, e ao mesmo tempo cortar no défice de forma significativa em 2016 é questionado pela maioria das opiniões. Esta é uma das áreas onde as posições se dividem entre os que colocam o enfoque nas vantagens de uma redução mais gradual dos desequilíbrios orçamentais (Miguel St. Aubyn e Vicenzo Scarpetta, por exemplo) e os entendem que continuar o ritmo de consolidação orçamental é essencial – dados os elevados níveis de endividamento e o risco de subida de juros (Pedro Pita Barros e César das Neves, por exemplo).

A redução do endividamento empresarial é eleita por João Tabor da Gama, fiscalista e professor na Universidade Católica, como uma das prioridades de um próximo orçamental, a par de uma agenda digital e da redução dos custos da energia. Vários dos especialistas escolhem o alívio fiscal sobre as famílias e as empresas como prioridades de uma estratégia de crescimento. ■

**VEJA AS ENTREVISTAS EM WWW.NEGOCIOS.PT**



Use o seu leitor QR para aceder directamente às entrevistas completas aos oito analistas. Não utilize a versão optimizada para telemóvel.



**Samuel Fernandes de Almeida**  
Fiscalista e advogado na Vieira de Almeida



**Miguel St. Aubyn**  
Economista, professor no ISEG

### 1 Que grau de risco atribui à possibilidade de instabilidade política no curto prazo (1 ano) e no médio prazo (três anos)?

O risco parece-me elevado a médio prazo, sobretudo na aprovação do OE/2017, pois nesta fase parece-me que o PS não esteja disponível para abrir uma crise política e constitucional. É de admitir que na primeira metade da nova legislatura exista um quadro de alguma cooperação parlamentar entre os dois maiores partidos.

No curto prazo, dentro de um ano, parece-me que a instabilidade política é quase garantida. (...) Acresce que as próximas eleições presidenciais virão provavelmente acentuar clivagens, para além de imporem restrições à possibilidade de convocação de novas eleições. No médio prazo, e mesmo se aumenta a "margem de erro" de qualquer previsão, poderemos assistir (ou não) a uma recomposição das alianças e dos entendimentos, nomeadamente à esquerda. Com elevada probabilidade teremos já tido novas eleições, convocadas por um novo Presidente da República.

### 2 Que prioridades de política económica elege para um primeiro orçamento?



**Manutenção dos limites da despesa pública e consequente cumprimento das metas de redução da carga fiscal e crescimento económico.**

As prioridades de política económica deverão ser um orçamento prudente mas não de austeridade, convenientemente desenhado para promover a retoma, restabelecendo e tendo como prioridade o equilíbrio social e o combate à pobreza.

### 3 Será possível baixar o défice em 2016 e inverter as medidas de austeridade?

Depende de vários factores: (i) o cumprimento das metas do défice de 2015, (ii) a forma e o impacto final da venda do Novo Banco; (iii) continuação da pressão fiscal do lado da cobrança coerciva e combate à evasão fiscal. Em termos internacionais, a nossa economia continua muito dependente da EU (Espanha, Alemanha, França e UK) e custos energéticos relativamente baixos, o que ajuda.



**As prioridades de política económica deverão ser um orçamento prudente mas não de austeridade. Penso que se poderá baixar o défice, sim.**



**Pedro Pita Barros**  
Economista, professor na Universidade Nova



**João Taborda da Gama**  
Fiscalista, professor na Universidade Católica



**Nuno Garoupa**  
Professor direito, presidente da Fundação FMS



**João César das Neves**  
Economista, professor na Universidade Católica



**Pedro Rodrigues**  
Economista, professor do ISCSP



**Vicenzo Scarpetta**  
Analista político, Open Europe



**Elevada no prazo de ano; para o médio prazo creio que iremos ter eleições antes de três anos, e provavelmente estabilidade depois disso.**

Os próximos meses são delicados: o programa de governo e o orçamento são testes fundamentais à capacidade dos partidos com responsabilidade se entenderem. Se passarmos esse primeiro teste haverá um, dois anos de acalmia. A três anos podemos estar perante uma maioria absoluta entretanto obtida por alguma ou algumas forças políticas em eleições intercalares. A não ser que os partidos surpreendam os portugueses e lhes dêem a estabilidade por que anelam.

Terminar o processo de consolidação orçamental. Procurar medidas de promovam o aumento da produtividade. A primeira prioridade é determinada pelo receio do efeito que possa ter um aumento das taxas de juro, que estão historicamente baixas neste momento. A segunda prioridade por ser a única forma de aumentar os níveis de vida da população portuguesa.

Uma agenda digital para Portugal colocando o país na linha da frente da economia digital; a promoção de políticas que reduzam o endividamento das empresas (revisão do regime da insolvência e revisão do Código das Sociedades Comerciais); o aprofundamento da prossecução de políticas que baixem os custos da energia, como condição para a re-industrialização do país e alívio do sufoco financeiro das famílias.

Sim à primeira parte, não à segunda, pelo menos não será possível inverter integralmente. As pensões continuaram a ser um aspecto que precisa de ser tratado.



**Para 2016 algum desagravamento pode ser possível, mas ainda será mais no plano simbólico do que efectivo.**

Instabilidade é certa a curto e a médio prazo. Por isso pessoalmente defendo eleições em Outubro de 2016 para desfazer esta embrulhada. Adiar essas eleições é manter uma incerteza muito mais prejudicial ao país.



**Orçamento de continuidade sem eleitoralismos ou populismo fiscal. Acordo na segurança social antes das eleições de Outubro de 2016.**

Acho que seria a quadratura do círculo.

Penso que durante uns meses ninguém querará derrubar um governo minoritário, o que pode beneficiar eleitoralmente esse governo. Por isso a estabilidade é capaz de ser forte no curto prazo. No médio prazo a situação fica impossível de prever, dependendo das circunstâncias, das manobras e da sua interpretação política.

As prioridades são as mesmas de sempre. É preciso continuar o ajustamento financeiro, pois a dívida continua exagerada (pública e privada) tal como precisamos de continuar a liberalizar a economia, para que o crescimento fique sólido e sustentável. É preciso evitar que a anemia da poupança e do investimento fique crónica.



**As duas são impossíveis em simultâneo. Ou inverte a austeridade e sobe o défice ou baixa o défice e não inverte a austeridade .**



**Os portugueses querem que as duas principais forças políticas em Portugal se entendam e que trabalhem em conjunto.**

A nova legislatura deve arrancar com uma orçamentação orientada para o desempenho. Este é o caminho para a Reforma do Estado e para um futuro desagravamento fiscal que tanto precisamos. Com pouco tempo disponível, na busca de consensos alargados, sugeria ao PàF que relevesse o Programa do PS com vista a encontrar as pontes - isto é, as medidas de política com as quais estaria também confortável.

A conjuntura externa parece-me algo incerta neste momento - a economia europeia está a recuperar, mas há riscos de uma desaceleração. Neste contexto, o objectivo para o défice em 2016 deve ser um valor marginalmente abaixo dos 3%. Duvido que haja muita margem de manobra orçamental para menos austeridade, mas mesmo assim privilegiaria medidas que alterassem a composição da mesma, redistribuindo melhor o esforço de ajustamento.

[A estabilidade] depende muito do trabalho do Presidente da República: é ele que tem de conseguir um acordo nos próximos dias, uma vez que o centro-direita depende dos socialistas para aprovarem medidas chave, incluindo o orçamento. Deveriam tentar encontrar uma base comum de entendimento para o médio prazo em áreas chave, como a política orçamental, por exemplo. Sem um acordo o risco aumenta e poderão ir a eleições já no próximo ano.



**É essencial que se procure reduzir a carga fiscal tanto sobre as empresas como sobre os trabalhadores.**

Em teoria é possível se cortar na despesa pública, mas eu preferiria não ter pressa a reduzir o défice no ritmo proposto pelo governo, e optaria por medidas que reduzissem a carga fiscal.